



Jefferson Rudy/Agência Senado



Entre João Alberto e Viana, Eunício preside sessão do Plenário que aprovou regras para a readmissão de pequenas e microempresas ao Simples Nacional

Vai a sanção retorno de empresas ao Simples

Projeto aprovado ontem permite que pequenos e microempresários excluídos por dívidas sejam readmitidos ao regime especial

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto que permite a readmissão ao Simples Nacional dos microempreendedores individuais, micro-

empresas e empresas de pequeno porte excluídos do regime especial em 1º de janeiro por dívidas tributárias. Para retornar ao Simples Nacional, será necessário aderir

a um programa de regularização tributária.

A reinclusão ao regime deverá ser solicitada até 30 dias depois da adesão ao Refis. **3**

Proteção de dados pessoais é aprovada no Plenário

Segue para a sanção o projeto do marco legal que regulamenta o uso, a proteção e a transferência de dados pessoais no Brasil.

Aprovado ontem pelo Plenário do Senado, por unanimidade, a proposta exige consentimento explícito para coleta e uso dos dados, tanto pelo poder público quanto pela iniciativa privada.

O texto prevê a criação de um órgão regulador, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, vinculada ao Ministério da Justiça. Também proíbe, entre outras coisas, o tratamento dos dados pessoais para a prática de discriminação ilícita ou abusiva.

O texto foi votado em regime de urgência no Plenário, depois de ter sido aprovado no início da semana na Comissão de Assuntos Econômicos. **3**

Aprovada autorização de empréstimos **5**

Melhora econômica é lenta, informa Instituição Fiscal **4**

Uso de royalties em desastres vai para a Câmara **5**

Avança catraca biométrica em estádios **8**

Audiência cobra recuperação de rodovia no Norte **6**

Congresso se reúne hoje para votar LDO do próximo ano

O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2019 deve ser votado hoje pelo Congresso, em sessão às 18h. Antes,

porém, a proposta precisa passar pela Comissão Mista de Orçamento, que analisará o relatório do senador Dalirio Beber. **8**

Roque de Sá/Agência Senado



Parlamentares avaliarão projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2019

Senado derruba decreto que reduz IPI sobre xarope para refrigerantes

Aprovado ontem pelo Senado, segue para a Câmara um projeto que susta o decreto do governo que reduziu o IPI incidente sobre xaropes usados

na fabricação de refrigerantes. Senadores do Amazonas defenderam a derrubada do decreto, que prejudicaria a Zona Franca de Manaus. **3**



Otto Alencar, relator (ao microfone), discute projeto de Hélio José (2º à esq.)

Aprovado projeto que aumenta potência de rádios comunitárias

O Senado aprovou e agora segue para a Câmara projeto que permite que a potência das rádios comunitárias seja ampliada dos atuais 25 watts para até 150 watts. O relator, Otto Alencar, fez alterações

no texto original, que passava a potência para até 300 watts. O texto aprovado permite acesso a dois canais para as emissoras na faixa FM. Originalmente a previsão era de três canais. **3**

Cargos para área de segurança vão ao Plenário

A comissão mista responsável pela análise da medida provisória que criou 164 cargos destinados ao Ministério Extraordinário de Segurança Pública aprovou ontem o relatório favorável ao texto do governo. **7**



Comissão rejeita proposta sobre distrato de imóvel

A Comissão de Assuntos Econômicos rejeitou o projeto que define regras para a desistência da compra de imóvel na planta, o distrato. A relatora pela rejeição, Simone Tebet, disse que a proposta prejudica o consumidor. O projeto segue agora para o Plenário. **5**



Senadora Simone Tebet é relatora do parecer pela rejeição da proposta

Política urbana e reforma agrária são tema do encarte sobre os 30 anos da Constituinte

Federalização da Rota das Neves começa a vigorar

Projeto que passava para a União trecho de 161 quilômetros da rodovia, entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul, chegou a ser vetado por Temer, mas o Congresso derrubou o veto na semana passada

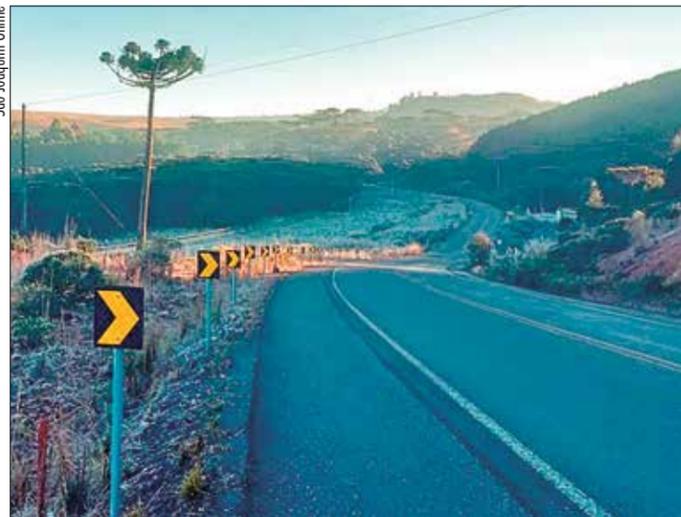
A LEI QUE federaliza o trecho de 161 quilômetros de rodovia entre as cidades de Bom Jesus, na Serra Gaúcha, e Bom Retiro, na Serra Catarinense,

foi publicada no *Diário Oficial da União* de sexta-feira. Conhecida como Rota das Neves, a estrada atravessa cidades turísticas dos dois estados.

A Lei 13.689 tem origem no Projeto de Lei da Câmara 58/2016, do deputado Alceu Moreira (MDB-RS).

Em abril, o presidente da República, Michel Temer, vetou a proposta aprovada pelo Congresso, sob a justificativa de que o trecho não atendia requisitos para ser incluído no Sistema Rodoviário Federal e, por isso, deveria continuar como rodovia estadual.

Os parlamentares não entenderam dessa forma. Na semana passada, o Plenário do Congresso concluiu a votação para anular o veto. Entre os deputados, foram 284 votos a 12 pela derrubada. No Senado, 43 votaram por derrubar o veto e 3 contra.



O trecho federalizado da rodovia vai de Bom Jesus (RS) a Bom Retiro (SC)

Exposição de Athos Bulcão fica aberta até dia 29

Inaugurada na semana passada, a exposição de projetos originais, gravuras e azulejos do artista plástico Athos Bulcão, que completaria 100 anos em 2 de julho, ficará aberta ao público até o dia 29 deste mês, todos os dias da semana, das 9h às 18h, na Senado Galeria.

Dois sobrinhas de Athos, Maria Antonieta e Maria Inês, participaram da inauguração, além do presidente do Instituto Athos Bulcão, Paulo Brum, e arquitetos.

A diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, falou sobre a satisfação de homenagear um artista que faz de Brasília um local diferente e admirado.

— Athos Bulcão, com seu trabalho, imprime essa aura de obra de arte por onde a gente passa. O Senado está fazendo essa exposição, a sessão solene e uma série de outras iniciativas para homenageá-lo, entre elas o mapa com as obras de Athos Bulcão no Palácio do Congresso Nacional.

artista, Maria Antonieta Bulcão Ferrari disse que o momento vivido pelos familiares nesse centenário tem sido marcado por muita emoção. Segundo ela, “tudo em Brasília acolhe o Athos e sua família de uma maneira muito gostosa”.

— A gente aprendeu porque era tão difícil ele sair daqui [Brasília] e ir lá em São Paulo. Mesmo que a gente chamasse toda hora e fizesse a massa que ele gostava, mesmo assim era difícil que ele fosse. Tanto que o apelidamos de tio Cometa, e hoje eu vejo que esse cometa tem uma luz própria — afirmou Maria Antonieta.

A diretora da Secretaria de Relações Públicas, Maria Cristina Monteiro, disse que foi uma satisfação trazer a exposição para o Senado.

— Quero agradecer imensamente a equipe. Foi um grande esforço. Todos se dedicaram de coração — ressaltou.

Paulo Brum afirmou que o artista está presente no dia a dia dos cidadãos por meio de

suas obras espalhadas pela cidade.

— Isso contribui para a formação da nossa identidade cultural, e o Athos está presente, atuando para a formação desta identidade. Quero muito agradecer, em nome do instituto, por essa iniciativa do Congresso de fazer esse registro do centenário dele — disse.

Releitura

Juntamente com a exposição, foi lançado o projeto Artistas do Congresso: releitura Athos Bulcão, com artistas que compartilham seus olhares sobre as obras de arte do pintor, escultor e azulejista.

O primeiro convidado foi o servidor Fernando Ribeiro, da Coordenação de Publicidade e Marketing do Senado. A mostra está no Espaço Ivandro Cunha Lima, ao lado da Senado Galeria.

Especial Cidadania sobre o artista <http://bit.ly/ArtistadeBrasilia>



Sobrinha de Athos Bulcão, Maria Inês (C) participa da inauguração do evento, ao lado de Cristina (E) e Ilana (D)

José Amauri assume vaga de Elmano Férrer no Senado

Tomou posse ontem o senador José Amauri (Pode-PI). Ele assume temporariamente o mandato de Elmano Férrer (Pode-PI), de quem é primeiro suplente. Elmano se licenciou por quatro meses por interesses particulares.

Empresário, José Amauri de Araújo nasceu em Taquaritinga do Norte (PE).



Ao lado do secretário-geral da Mesa, José Amauri toma posse

Jefferson Rudy/Agência Senado

HÁ 30 ANOS

Após votação em primeiro turno, texto ganha nova redação

No intervalo entre o 1º e o 2º turno de votação da Constituição, foi elaborada a nova redação do texto, após consolidação das emendas pelo relator, Bernardo Cabral, e seus auxiliares, informou, em 11 de julho de 1988, o *Jornal da Constituinte*. A partir de então, só seriam aceitas emendas supressivas ou de linguagem. Nada mais poderia ser acrescentado nem ter sentido alterado. O objetivo era impedir qualquer alteração substancial, a não ser mediante acordo.

Veja esta edição do *Jornal da Constituinte*: <http://bit.ly/JornalConstituinte55>

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do *Jornal do Senado*.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>

<p>CCT Carteira de identidade 9h Entre 21 itens, o PLS 225/2015, que trata da utilização de meios eletrônicos para concentração de informações dos indivíduos na carteira de identidade.</p> <p>CDR Salva-vidas 9h O PLC 42/2013, que regula a profissão de salva-vidas, é um dos 7 itens da pauta.</p> <p>CARTÕES DE CRÉDITO Relatório 9h30 Análise do relatório final da comissão parlamentar de inquérito.</p> <p>CI Indicações para Dnit e Aneel 9h30 Sabatinas de indicados ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes e à Agência Nacional de Energia Elétrica.</p> <p>CCJ Conselhos tutelares 10h O PLS 631/2011, que altera o processo de escolha dos membros e conselhos tutelares, é um dos 25 itens da pauta.</p> <p>CRE Moçambique e Tanzânia 10h Após sabatina de embaixadores indicados para Moçambique e Tanzânia, análise de acordos internacionais.</p>	<p>CMO Orçamento 11h Análise do PLN 2/2018, que trata da LDO de 2019. Às 11h30, 14h, 16h e 18h, reuniões extraordinárias.</p> <p>CAS Aumento de planos de saúde 11h30 Audiência para debater reajustes e franquia em planos de saúde.</p> <p>MP 831/2018 Frete da Conab 11h30 Análise de relatório.</p> <p>CMMC RenovaBio 14h30 Audiência sobre o RenovaBio.</p> <p>MP 830/2018 Fim do Fundo Soberano 14h30 Audiência com a participação do ministro da Fazenda, Eduardo Guardia.</p> <p>CPI DOS MAUS-TRATOS Projetos 15h Reunião de trabalho para apresentação de projetos de lei.</p> <p>PLENÁRIO Sessão deliberativa 16h O PLC 56/2016, que institui a Política Nacional para Doenças Raras no âmbito do SUS, está na pauta.</p> <p>CONGRESSO Sessão conjunta 18h Análise de projetos de lei do Congresso, entre eles, o da LDO de 2019.</p>
---	---

Previsão atualizada às 19h15 de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

Aprovada readmissão de empresas ao Simples

Projeto permite que pequenos e microempreendedores excluídos por dívidas tributárias possam aderir a programa de regularização e retornar ao regime especial. Texto vai a sanção

SEGUE PARA SANÇÃO projeto aprovado ontem pelo Plenário do Senado que permite a readmissão ao Simples Nacional dos microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte excluídos do regime especial em 1º de janeiro por dívidas tributárias. O PLC 76/2018 — Complementar foi aprovado por 59 votos favoráveis e nenhum contrário.

Para retornarem ao Simples Nacional, os interessados deverão aderir ao Programa Especial de Regularização Tributária das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pert-SN) instituído pela Lei Complementar 162, que autoriza o refinanciamento das dívidas fiscais (Refis).

De autoria do deputado Jorginho Mello (PR-SC), o projeto determina que a reinclusão seja pedida, de forma extraordinária, no prazo de 30 dias contados da data de adesão ao Refis.

Para o presidente do Senado, Eunício Oliveira, a sanção do projeto fará justiça aos pequenos empresários de



Retorno de empresas ao Simples foi aprovado no Plenário do Senado por 59 votos a favor

todo o país.

— Este é um projeto extremamente importante, que atende 600 mil micros e pequenas empresas e empresas individuais excluídas do Simples Nacional no veto presidencial, que nós

derrubamos, mas já não havia mais tempo para reinserir essas empresas. Pautei essa matéria com muita alegria.

Eunício, Marta Suplicy (MDB-SP), Ricardo Ferraço (PSDB-ES), Sérgio Petecão (PSD-AC), Waldemir Moka

(MDB-MS), Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Renan Calheiros (MDB-AL) lembraram que as pequenas e microempresas são importantes para o desenvolvimento do país e continuam gerando emprego e renda mesmo com vários anos de crise econômica.

O relator, José Pimentel (PT-CE), afirmou que o Congresso aprovou uma lei complementar em dezembro para que as micros e pequenas empresas tivessem um sistema de refinanciamento das suas dívidas nos mesmos moldes do sistema criado para atender grandes empresas em novembro de 2017. Mas o texto foi vetado pelo presidente Michel Temer em janeiro, o que levou à exclusão de milhares de microempresas do Simples. Em abril, o Congresso derrubou o veto, reabrindo o direito de essas empresas aderirem ao Simples Nacional e fazerem o parcelamento das dívidas. Até 2 de julho, 215.321 fizeram o pedido de parcelamento ao Refis e poderão voltar ao Simples Nacional por não estarem mais inadimplentes.

Projeto de lei geral de proteção de dados pessoais é aprovado e vai a sanção

O projeto do marco legal que regulamenta o uso, a proteção e a transferência de dados pessoais no Brasil foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado, por unanimidade. O texto, já aprovado na Câmara, segue para a sanção.

O PLC 53/2018 garante maior controle do cidadão sobre suas informações pessoais. Exige consentimento explícito para coleta e uso dos dados, tanto pelo poder público quanto pela iniciativa privada. E obriga a oferta de opções para o usuário visu-

alizar, corrigir e excluir esses dados. A proposta também proíbe, entre outras coisas, o tratamento dos dados pessoais para a prática de discriminação ilícita ou abusiva. Esse tratamento é o cruzamento de informações de uma pessoa específica ou de um grupo para subsidiar decisões comerciais (perfil de consumo para divulgação de ofertas de bens ou serviços, por exemplo), políticas públicas ou atuação de órgão público.

O texto prevê a criação de um órgão regulador: a Auto-

ridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), vinculada ao Ministério da Justiça.

A lei será aplicável mesmo a empresas com sede no exterior, desde que a operação de tratamento de dados seja realizada no território nacional.

O tema mobilizou o Congresso principalmente depois do vazamento de dados de usuários do Facebook — uma das maiores redes sociais — coletados pela empresa Cambridge Analytica e usados nas últimas eleições nos Estados Unidos. Outro caso recente,

sob investigação, está relacionado a uma suposta acusação de comercialização de dados pessoais por uma empresa pública federal de processamento de dados.

A proposta ainda determina punição para infrações, de advertência a multa diária de R\$ 50 milhões, e proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas ao tratamento de dados.

O texto foi votado em regime de urgência no Plenário, depois de ter sido aprovado no início da semana na Comissão de

Assuntos Econômicos (CAE).

O relator na CAE, Ricardo Ferraço (PSDB-ES), fez apenas ajustes de redação. Para ele, o Brasil perde oportunidades de investimento internacional em razão do “isolamento jurídico” por não dispor de uma lei geral de proteção de dados pessoais.

Eduardo Braga (MDB-AM) leu o parecer de Ferraço no Plenário, em substituição aos relatórios das Comissões de Ciência e Tecnologia (CCT) e de Constituição e Justiça (CCJ), que acompanharam o parecer da CAE.

Aumento de potência das rádios comunitárias segue para Câmara

O Plenário aprovou ontem projeto que aumenta a potência de transmissão para rádios comunitárias. A proposta segue para a Câmara dos Deputados.

O relator do PLS 513/2017, Otto Alencar (PSD-BA), destacou acordo entre as lideranças que permitiu a aprovação, com alterações na versão original. Pela proposta aprovada, a potência máxima, hoje de 25 watts, poderá chegar a até 150 watts. O texto agora permite a acesso a dois canais específicos em nível nacional para as emissoras em

frequência modulada (FM). O texto original previa que a potência seria de até 300 watts, com três canais designados, em vez de um, para a execução de radiodifusão comunitária voltada a uma comunidade, bairro ou vila.

Autor do projeto, Hélio José (Pros-DF) argumenta que o aumento da potência é necessário pela diversidade geográfica do país. Para ele, 25 watts são insuficientes para operação nas áreas de população esparsa, como na zona rural. A atual potência atinge até

um quilômetro de raio de cobertura.

Caberá à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) fixar a potência para cada rádio comunitária, a fim de preservar a cobertura restrita do serviço. Elogiaram o projeto os senadores Kátia Abreu (PDT-TO), Ana Amélia (PP-RS), Renan Calheiros (MDB-AL), Lindbergh Farias (PT-RJ), Waldemir Moka (MDB-MS), Paulo Rocha (PT-PA), Romero Jucá (MDB-RR), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Cristovam Buarque (PPS-DF).

Brasil terá novos embaixadores no Uruguai e na Bolívia

O Plenário aprovou ontem duas indicações para as embaixadas brasileiras no Uruguai e na Bolívia. Com 46 votos favoráveis, 4 contrários e 1 abstenção, o diplomata Antônio José Ferreira Simões será o novo embaixador no Uruguai. Octávio Henrique Dias Garcia Córtes foi aprovado para o cargo na Bolívia por 48 votos favoráveis, 1 contrário e 1 abstenção. A aprovação das indicações será comunicada à Presidência da República.

Desde 2015, Simões é embaixador na Espanha. Na sabatina na Comissão de Relações Exteriores (CRE) em maio, ele disse que dará continuidade em Montevideu a tratar o Uruguai como uma das prioridades da agenda externa brasileira.

Na votação da indicação de Córtes, Sérgio Petecão (PSD-AC) apelou para que o diplomata observe o tratamento dispensado hoje pelas autoridades bolivianas aos estudantes brasileiros que vivem na fronteira. Na sabatina, em junho, Córtes observou que a Bolívia vive um tempo de estabilidade.

Senado derruba decreto que reduz IPI sobre xarope de refrigerantes

O Senado aprovou ontem um projeto para revogar o decreto do Executivo que reduziu de 20% para 4% o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre a produção de xaropes usados na fabricação de refrigerantes. O texto dividiu os senadores e a maioria dos partidos liberou as bancadas para votar como quisessem. O PDS 57/2018 segue para a Câmara dos Deputados.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Omar Aziz (PSD-AM), autores do texto, alegam que a intenção do projeto é re-

verter a repercussão negativa da medida sobre a indústria de concentrados de refrigerantes (xaropes) da Zona Franca de Manaus. Senadores da Região Norte avaliam o decreto como um golpe contra a política de incentivo fiscal nessa área.

— Não pode um presidente da República, por um decreto unilateral, tirar um a um os incentivos que mantêm toda uma economia — argumentou Vanessa.

Omar Aziz considera a aplicação imediata do decreto inconstitucional, porque medida tributária só pode ser

aplicada 90 dias após sua publicação. Autor de outro projeto com teor semelhante, Eduardo Braga (MDB-AM) também apontou o não cumprimento desse prazo e acusou o governo de abrir um precedente perigoso com o texto.

Favorável à manutenção do decreto, Lindbergh Farias (PT-RJ) disse que as empresas, antes da mudança, recebiam créditos por um imposto que não pagavam. Ana Amélia (PP-RS) e José Medeiros (Pode-MT) também defenderam a manutenção do decreto.

PIB de 2018 não deve passar de 1,8%, aponta IFI

Relatório da Instituição Fiscal Independente afirma que produção industrial de maio tem o pior desempenho em 10 anos e que a retomada econômica é lenta e insuficiente

NO MAIS RECENTE relatório de acompanhamento fiscal (RAF), divulgado ontem, a Instituição Fiscal Independente (IFI) mostra que a produção industrial em maio recuou 10,9% em relação ao mês anterior, configurando o pior desempenho desde dezembro de 2008. O relatório também aponta que a dívida bruta do governo chegou a 77,05% do produto interno bruto (PIB), após seis meses de crescimento ininterrupto. Assim, afirma a IFI, a retomada econômica continua lenta e insuficiente, mais ainda com os efeitos da greve dos caminhoneiros.

O relatório analisa ainda o efeito fiscal da desvalorização do real frente a moedas estrangeiras, principalmente o dólar. Com a diminuição do valor da moeda brasileira, há aumento do valor da dívida externa, afetando estados e governo federal.

Recuperação

Diante desse cenário, a instituição avalia que a expansão do PIB em 2018 ficará mais próxima das estimativas pessimistas, não devendo passar de 1,9%. Outro parâmetro observado pelo relatório da IFI é a perda de dinamismo da recuperação do mercado de trabalho, embora a taxa de desemprego continue em trajetória de queda. O índice atingiu 12,7% em maio, num total de 13,2 milhões de pessoas desocupadas (536 mil a menos que o observado em maio de 2017).



Ao lado de Gabriel Barros (D), Felipe Salto (C) mostra a atuação da IFI no 10º Encontro Anual das Instituições Fiscais Independentes, na Coreia do Sul

Salto apresenta trabalho da Instituição Fiscal Independente na Coreia do Sul

O diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, Felipe Salto, foi um dos palestrantes do painel Novas instituições e atualizações realizado durante o 10º Encontro Anual das Instituições Fiscais Independentes e Escritórios Parlamentares de Orçamento, realizado na terça e quartas-feiras da semana passada em Seul, na Coreia do Sul.

Ele falou das atribuições, da equipe e de estudos do órgão que dirige. Participaram também do painel representantes do Conselho Orçamentário Europeu e de órgãos semelhantes da Coreia, República Tcheca, Eslovênia e Peru.

— Trouxemos de volta muita informação relevante para o aprimoramento da nossa atuação, sobretudo neste momento que, para nós, ainda é inicial, uma vez que a IFI foi instalada em novembro de 2016. Conversamos com técnicos e dirigentes de instituições fiscais independentes de vários países, mais antigas e mais recentes, e colhemos uma série de dados valiosos para a construção institucional da IFI no Brasil — disse.

Salto ressaltou ainda a importância de poder aprender com os erros e acertos dos outros países, o que pode nortear os próximos passos da IFI, de modo a produzir

mais e melhores conteúdos “em benefício da transparência, da disciplina fiscal e, principalmente, da atuação do Senado Federal nessas matérias”.

Também participou do encontro o diretor da IFI Gabriel Barros.

Diálogo

Os dois diretores realizaram encontros bilaterais, aproveitando a oportunidade da missão oficial, para aprofundar o diálogo com as IFIs do Reino Unido, Estados Unidos, Austrália, Portugal e Coreia do Sul. Foi assinado um memorando de entendimento com a Coreia para estreitar

laços e possibilitar troca de experiências entre as duas instituições no campo técnico.

Promovido pela Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE), o encontro visa integrar as instituições criadas ao redor do mundo para dar maior transparência ao processo orçamentário e às contas públicas.

Participam regularmente dos encontros o Escritório de Orçamento do Congresso dos Estados Unidos, que já tem mais de 40 anos, e órgãos correspondentes do Reino Unido, da Austrália, do Canadá, do Peru, da Espanha e do Chile, entre outros.

Vanessa critica descumprimento de ordem de soltura

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) manifestou perplexidade com o não cumprimento da ordem de soltura do ex-presidente Lula. Segundo a senadora, o desembargador Rogerio Favreto respondia legalmente pelo Tribunal da 4ª Região e acatou de forma fundamentada o pedido dos advogados do petista. Já o juiz Sergio Moro, disse a senadora, com a petição contrária à libertação, teria cometido ilegalidade ao se manifestar fora do exercício das suas funções.

Para ela, a controvérsia deixa claro que a prisão de Lula se destina a impedir o ex-presidente de disputar as eleições.

Vanessa também destacou a importância da audiência da Comissão de Infraestrutura sobre a recuperação da BR-319, que liga Manaus a Porto Velho.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Fátima condena manutenção da prisão de Lula

Fátima Bezerra (PT-RN) afirmou que as decisões do juiz federal Sérgio Moro e dos desembargadores Thompson Flores e Gebran Neto, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, contrárias ao habeas corpus que determinou a libertação do ex-presidente Lula, expedido pelo desembargador Rogerio Favreto, mostram que a convicção política daqueles julgadores fez sucumbir o princípio da presunção de inocência. Para ela, não competia a esses magistrados interferir na decisão de Favreto.

— É por essas e outras que o PT vai intensificar a mobilização social em defesa da democracia, da liberdade do ex-presidente Lula e do seu direito de ser candidato à Presidência da República.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Para Humberto, STF deve rever prisão após 2ª instância

Humberto Costa (PT-PE) cobrou do STF a análise de uma ação que questiona a legalidade do início do cumprimento da pena logo após decisão em segunda instância, mesmo que ainda caiba recurso. Para ele, a ação é fundamental para evitar episódios como o que envolveu o pedido de liberdade de Lula.

— Se esse episódio não serviu para restituir a liberdade do presidente Lula, pelo menos serviu para mostrar que aquilo que nós temos dito e reiterado é a mais pura verdade: de que há, sem dúvida, uma articulação que envolve setores do Poder Judiciário, a mídia, a grande mídia e alguns outros setores do Ministério Público, que trabalham para impedir que o presidente Lula possa vir a ser candidato.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Lasier quer novas regras para escolha de ministros do STF

Lasier Martins (PSD-RS) defendeu a aprovação da proposta de sua autoria que muda as regras para indicação de ministros do Supremo Tribunal Federal.

A PEC 35/2015 estabelece que uma comissão formada por autoridades do Judiciário elaborará uma lista tríplice para que o presidente da República indique um dos nomes para o cargo. Para o senador, o sistema atual de indicação está levando a uma politização do Judiciário. Isso ficou provado, segundo ele, no domingo, quando o desembargador do TRF Rogerio Favreto, em uma tentativa frustrada, emitiu uma liminar de soltura para o ex-presidente Lula. Na opinião de Lasier, Favreto deveria ter se declarado impedido para julgar o habeas corpus, pois foi ligado ao PT no passado.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Ana Amélia quer mudar forma de indicação a tribunais

Ao ler nota em que a União Nacional dos Juizes Federais repudiava a decisão do desembargador Rogerio Favreto pela liberdade de Lula, Ana Amélia (PP-RS) defendeu mudanças nas regras que permitem indicações políticas para os tribunais.

A senadora citou ainda manifestação da ex-ministra do STJ Eliana Calmon, que também condenou a decisão de Favreto, e artigo da jornalista Míriam Leitão, que já questiona como vai se comportar em relação ao caso o ministro Dias Toffoli, próximo a assumir a presidência do STF.

— Não há mais nada a falar sobre isso, dadas as manifestações de 8 em cada 10 magistrados, que fazem críticas severas à atitude tomada no âmbito da Justiça Federal da 4ª Região, no Rio Grande do Sul.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Autorizados empréstimos ao Ceará, a Teresina e a Joinville

Segue para sanção presidencial as resoluções do Senado autorizando que a União avalize operações de crédito externas que o estado e as duas cidades poderão contratar no BID, na CAF e no Fonplata

O SENADO APROVOU ontem três projetos que tratam da contratação de empréstimos externos, com garantia da União, pelo Ceará e pelas cidades de Joinville (SC) e Teresina. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou pela manhã as três propostas, que, convertidas em projetos de resolução, seguiram para o Plenário em regime de urgência. Os textos agora seguem para promulgação.

A verba para o governo cearense (PRS 36/2018) destina-se ao financiamento parcial do Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Ceará - Profisco II. O valor é de até US\$ 70 milhões, a serem contratados no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A Secretaria de Fazenda do estado alega que a operação vai contribuir para fortalecer

a governança, melhorar a administração tributária e aprimorar a qualidade do gasto público estadual.

O relator na CAE, Otto Alencar (PSD-BA) informou que, segundo a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o Ceará atende os limites de endividamento legais e considera as garantias oferecidas suficientes. Na fase de debates na comissão, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) afirmou que o Ceará é um dos estados que mais investem: cerca de 13% de sua receita corrente líquida.

— A título de comparação, Pernambuco investe somente 5% — afirmou.

A capital do Piauí, por sua vez, pleiteia crédito de US\$ 45,98 milhões (PRS 35/2018) para o financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado — Teresina Sustentável. A

operação deverá ser firmada na Corporação Andina de Fomento (CAF). O programa engloba ações em quatro eixos: mobilidade urbana, requalificação urbana e ambiental, modernização institucional e gestão.

O relator na CAE, Fernando Bezerra, considerou que “a atual situação de endividamento do município comporta a assunção de novas obrigações financeiras”.

Já a operação de crédito para Joinville (PRS 37/2018) será entre o município catarinense e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata). São US\$ 40 milhões para o financiamento parcial do Programa Linha Verde Eixo Ecológico Leste de Joinville.

O relator na CAE, Garibaldi Alves Filho (MDB-RN), votou a favor da negociação.

Comissão rejeita projeto sobre distrato na compra de imóveis

Após mais de uma hora de discussão, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) rejeitou o projeto que define regras para o distrato (a desistência da compra de imóvel na planta). Foram 14 votos contrários ao PLC 68/2018 e seis favoráveis. A proposta, com parecer contrário, segue para o Plenário, que poderá aprová-la ou rejeitá-la definitivamente.



Emendas não seriam capazes de proteger consumidor, diz Ferraço

Os senadores contrários ao projeto insistiram que a redação, da forma como saiu da Câmara, prejudica o consumidor que ficar desempregado e não tiver condições de continuar a pagar as prestações do imóvel. Já os favoráveis à proposta alegaram que as regras atuais geram insegurança jurídica e abrem espaço para especuladores, prejudicando construtoras e o setor da construção civil.

A rejeição ao projeto abre espaço para votação do PLS 288/2017, do senador Dalirio Beber (PSDB-SC), que também sobre distrato. O texto está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e foi apontado por vários senadores como mais equilibrado.

O relator, senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), acatou algumas das emendas sugeridas, mas a maioria dos senadores entendeu que elas não seriam suficientes para proteger os consumidores.

Simone Tebet (MDB-MS), que escreveu o parecer pela rejeição, destacou que o projeto de Dalirio que está na CCJ tem substitutivo de Armando Monteiro (PTB-PE) e pode ser votado em regime de urgência e ir ainda hoje para Plenário.

Retenção

Conforme o projeto rejeitado na CAE, as incorporadoras ou construtoras terão direito a reter parte do valor pago pelo comprador que desistir do negócio. O percentual dependerá do tipo de contrato.

Se o contrato estiver sob o chamado “regime de afetação” — quando o empreendimento tem seu patrimônio separado do da construtora —, a taxa de retenção pelas empresas poderá chegar

a 50% do valor pago pelo adquirente.

Nos outros casos, as empresas poderão ficar com até 25%. Também não será devolvido ao comprador o valor pago pela corretagem e a devolução da quantia restante terá de ser realizada em até 180 dias após o fim do contrato, sem sofrer qualquer tipo de ônus. Caso o atraso seja superior a seis meses e o comprador desistir do negócio nesse período, a incorporadora terá de devolver todo o valor já pago pelo comprador, além da multa prevista em contrato em até 12 parcelas.

Kátia Abreu (PDT-TO) observou que as regras contidas no texto poderiam levar os compradores a ficar devendo às construtoras mais do que já haviam investido no imóvel, como nos casos de devolução de lotes.

— Desses distratos, 22% a 25% estão na faixa do Minha Casa, Minha Vida. Não estamos falando só de gente rica — afirmou.

Jorge Viana (PT-AC) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) reconheceram a crise por que passa o setor de construção civil e defenderam uma discussão mais aprofundada sobre o tema.

O líder do governo, Romero Jucá (MDB-RR), disse haver urgência para se criar um marco legal para o setor. Segundo ele, a construção civil está com dificuldades, o que prejudica a geração de empregos. O senador propôs um acordo para que o presidente Michel Temer vetasse alguns pontos da proposta, mas sua sugestão não prosperou.

— Hoje a insegurança jurídica é total. Cada decisão judicial cria um parâmetro diferente — disse Jucá.



Senadores Tasso Jereissati (C) e Garibaldi Alves Filho (D) durante sessão da Comissão de Assuntos Econômicos

Royalty pode ser usado para socorro em desastre

Recursos dos royalties do petróleo poderão ser destinados à prevenção de desastres naturais e ao socorro de populações atingidas por esses fenômenos. O PLS 227/2011, com esse objetivo, foi aprovado ontem em turno suplementar pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Se não houver recurso solicitando nova análise, o projeto segue para a Câmara.

Os royalties são tributos pagos ao governo pelo direito de exploração do petróleo. Os recursos são arrecadados pela União. Do total dos royalties, 20% vão para o Fundo Especial do Petróleo, de onde são repartidos entre todos os estados e

municípios não produtores.

O projeto, do senador licenciado Walter Pinheiro (sem partido-BA), determina que pelo menos 20% do dinheiro desse fundo seja aplicado em ações contra desastres naturais, como obras de prevenção, de evacuação de áreas de risco, de reflorestamento de margens de rios, de contenção de encostas, entre outras. O dinheiro também deverá ser investido na prevenção de tragédias provocadas pelo vazamento de materiais radioativos.

O relator, Valdir Raupp (MDB-RO), apresentou um substitutivo acrescentando mais uma área: a prevenção de incêndios em instalações

de armazenamento de combustíveis.

Kátia Abreu (PDT-TO) informou que analisará com sua assessoria técnica se a proposta pode eventualmente afetar o repasse de verbas dos royalties do petróleo às áreas de educação e saúde. Em caso positivo, entrará com recurso para que o projeto seja analisado pelo Plenário do Senado, lembrando que a prevenção a desastres naturais tem rubrica orçamentária própria.

Na semana anterior, o senador Cristovam Buarque (PPS-DF) foi o único a votar contra o projeto, em sua primeira análise na CAE, alegando temor semelhante.

Avança análise de projeto que dá chance extra a reprovado em exame da OAB

O projeto que busca facilitar a situação dos candidatos aprovados na primeira fase do exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) passou ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Com relatório favorável de

Ricardo Ferraço (PSDB-ES), o PLS 397/2011 vai à Comissão de Transparência (CTFC).

A proposta, de Eduardo Amorim (PSDB-SE), permite que o candidato aprovado na primeira fase da prova, mas reprovado na seguinte, seja habilitado a

participar diretamente da segunda etapa nas duas próximas edições do exame. Hoje a OAB já concede a possibilidade para o reprovado na segunda etapa refazer apenas essa etapa do exame seguinte.

Passar no exame é requisito

para que o bacharel possa exercer a advocacia. Tendo isso em vista, Ferraço destacou que há custos envolvidos no exame e que o projeto, então, beneficia os menos favorecidos.

O projeto foi pautado pela primeira vez na CAE em junho,

mas não foi votado por conta de um pedido de vista após debate. O texto estava sendo analisado com PLS 188/2010, que estendia a validade por cinco anos. O relator recomendou a aprovação apenas do PLS 397/2011.

Debate expõe atrasos em obras de BR no Norte

Participantes de audiência disseram que recuperação da rodovia que liga Porto Velho a Manaus depende de estudos, ainda inacabados, de impacto ambiental e sobre indígenas

A EXECUÇÃO DA obra de recuperação da BR-319, que liga Porto Velho a Manaus, depende da conclusão de estudos de impacto ambiental e indígena, disseram ontem os participantes de audiência pública promovida pela Comissão de Infraestrutura (CI).

Segundo o senador Acir Gurgacz (PDT-RO), que pediu a audiência, já foram gastos mais de R\$ 100 milhões em estudos ambientais para viabilizar a repavimentação da rodovia.

— Esse valor é quase um terço dos US\$ 150 milhões gastos na construção de toda a rodovia na década de 70, somente para estudos ambientais. Não podemos deixar essa região isolada nem podemos ficar gastando dinheiro sem um resultado efetivo para a população, que necessita dessa obra.

Ligação

A BR-319 tem 877,4 quilômetros de extensão e é a única ligação rodoviária entre Manaus e Porto Velho e o restante do país. Para a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que também pediu a audiência, o recapeamento da BR-319 é de



Acir Gurgacz (entre Charles Beniz, do Dnit, e Larissa Amorim, do Ibama) cobrou solução para conclusão da obra

extrema importância, porque o Amazonas não produz a maior parte dos alimentos que consome.

— Tudo, basicamente, que nós consumimos lá vem de Rondônia e Roraima. Em Roraima há uma BR asfaltada que liga o estado à Região Norte e a outros países. Essa BR passa por terras indígenas. E não temos ainda a recuperação da BR-319, que não passa por reserva indígena.

De acordo com o diretor de

Infraestrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit), Charles Beniz, a execução das obras de pavimentação, manutenção e restauração da rodovia se divide em dois segmentos: licenciado e não licenciado.

— O segmento não licenciado, conhecido como trecho do meio, tem 405,7 quilômetros de extensão. Para a execução das obras, o Ibama exigiu a elaboração do estudo e do

relatório de impacto ambiental — afirmou.

Segundo Beniz, o Ibama autorizou a execução da obra apenas do segmento licenciado, com pouco mais de 470 quilômetros.

A diretora de Licenciamento Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Larissa Carolina Amorim, informou que, em 2008, o órgão devolveu o estudo de impacto ambiental, pois

considerou insuficiente para a análise. Desde então, nenhum outro estudo foi apresentado.

— Na década de 1970, o trecho que vai do quilômetro 250 ao 665,7 foi construído sem autorização. Em 2007, foi firmado um termo de acordo e compromisso entre Ibama e Dnit na Câmara de Conciliação da Advocacia-Geral da União, em que as obras só podem ser realizadas após atestada a viabilidade ambiental — explicou.

Corte de gastos

Segundo o presidente substituto da Fundação Nacional do Índio (Funai), Rodrigo Paranhos Faleiro, a apresentação do estudo ambiental sobre os povos indígenas estava prevista para julho. Porém, disse, com a publicação da portaria que limita a concessão de diárias e passagens em 2017, as viagens para o estudo em terras indígenas ficaram comprometidas.

— Além disso, temos uma demanda de 7 mil processos para 30 pessoas. Não há como evitarmos o atraso. Em novembro, trabalhamos apenas com dez pessoas, em razão do corte de gastos.

Lídice da Mata pede renegociação de dívidas dos produtores de cacau

Lídice da Mata (PSB-BA) disse que os produtores baianos de cacau cobram solução para o endividamento do setor. Ela espera que o setor do cacau seja contemplado nas emendas à Medida Provisória 842/2018, destinada a incentivar a liquidação de dívidas da agricultura familiar.

— Precisaremos garantir a alteração da legislação, pleiteada pelos produtores de cacau. E mais: garantir sua inclusão no benefício, porque essa MP, da forma como está, é totalmente desrespeitosa com os produtores rurais do Norte e Nordeste. Não é possível que eles continuem sofrendo os impactos da crise, sem respaldo para reorganizar as produções.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Marta convida população para debater reajuste de planos de saúde

Marta Suplicy (MDB-SP) convidou a sociedade a participar de audiência pública interativa da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) hoje, às 11h30, para discutir resolução da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) que reajusta, em até 10%, o valor das mensalidades dos planos de saúde individuais e familiares.

A decisão vai atingir, segundo ela, 8 milhões de usuários e o impacto, disse, precisa ser discutido. Ela informou que os participantes vão debater também a cobrança dos planos aos usuários de até 40% do valor dos procedimentos.

— Vamos ouvir os convidados, mas também receber as contribuições que vierem das redes sociais.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Gladson Cameli faz balanço de sua atuação no primeiro semestre

Gladson Cameli (PP-AC) disse que sua atuação, no primeiro semestre, se deu não somente no Senado, mas também por meio de reuniões e encontros com autoridades e com a população dos 22 municípios do Acre.

Em Manuel Urbano, por exemplo, ele participou da entrega de máquina motoniveladora para recuperar estradas da região, o que, disse, pode melhorar o escoamento da produção. Ele destacou ainda a liberação de R\$ 4 milhões para que os municípios de Cruzeiro do Sul e Feijó construam unidades básicas de saúde fluviais. Preocupado com o aumento da violência no Acre, ele cobrou mais controle da fronteira do estado com a Bolívia e o Peru.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Pedro Chaves lamenta a morte de desembargador de Mato Grosso do Sul

O senador Pedro Chaves (PRB-MS) lamentou a morte, ocorrida em 3 de julho, de Romero Osme Dias Lopes, desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

Romero Lopes era mineiro de Manhuaçu, mas foi em Mato Grosso do Sul que fez carreira na magistratura, na qual ingressou em 1980.

Pedro Chaves destacou a integridade e a competência técnica do trabalho do desembargador:

— Por onde passou, conquistava o respeito absoluto e irrestrito da comunidade, que via nele a imparcialidade e moralidade tão necessárias para um verdadeiro magistrado — disse o senador.



Jefferson Rudy/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burre
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Avançam cargos para Ministério da Segurança

Comissão mista aprovou medida provisória que criou 164 cargos em comissão para atender necessidades da área de segurança pública federal. A MP vai para os Plenários da Câmara e do Senado

A COMISSÃO MISTA responsável pela análise da medida provisória que criou 164 cargos destinados ao Ministério Extraordinário de Segurança Pública aprovou ontem o relatório do senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), favorável ao texto do governo.

A MP 840/2018 institui cargos em comissão do Grupo de Direção e Assessoramento Superiores (DAS), em cinco diferentes níveis salariais.

Os cargos são de livre nomeação e destinam-se tanto a servidores públicos de carreira (ativos e inativos) como a pessoas sem vínculo com a

administração pública federal. A criação das funções tem a finalidade de contribuir com a estruturação da área administrativa do recém-criado ministério, visto que a MP 821/2018, que institui a pasta, apenas realocou cargos nas áreas fins.

Polícia

Bezerra rejeitou as sete emendas sugeridas na comissão. A maior parte das sugestões deslocavam cargos para os quadros de servidores da Polícia Federal, o que, segundo o relator, reduziria os cargos destinados ao novo ministério



Comissão mista aprecia relatório de Fernando Bezerra Coelho (E), sob a presidência do deputado Aluisio Mendes

e porque, apesar de a PF integrar a estrutura da nova pasta, é encarregada de uma parcela distinta de atribuições.

“O efetivo desempenho das atribuições do ministério

pressupõe a existência de uma estrutura mínima de pessoal, razão pela qual é indispensável a criação dos 164 cargos em comissão previstos na medida”, diz o senador no relatório.

A MP segue para a análise dos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado. Os cargos são 17 DAS-5, 58 DAS-4, 37 DAS-3, 24 DAS-2 e 28 DAS-1.

Comissão deve votar projeto sobre prisão após condenação em segunda instância

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve analisar hoje o projeto que tenta regularizar a questão da prisão após condenação em segunda instância no país. A proposta (PLS 147/2018), do senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), altera a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (antiga Lei de Introdução ao Código Civil) para explicitar a legalidade de execução de pena confirmada em segundo grau de jurisdição por um colegiado.

O Supremo Tribunal Federal firmou jurisprudência, por 6 votos a 5, permitindo a prisão após a condenação em segunda instância. Apesar disso, o entendimento vem sendo questionado.

Segundo o relator, Ricardo Ferraço

(PSDB-ES), em voto favorável, “nas democracias mais consolidadas e com sistemas judiciais da defesa dos direitos humanos, a presunção de inocência, direito fundamental, é compatibilizada com o direito à segurança jurídica e à efetividade das decisões judiciais”.

Também deve ser votado o projeto que aumenta o valor e prevê a cobrança de novas taxas e alíquotas sobre os serviços prestados pelos cartórios do Distrito Federal (PLC 99/2017).

Apresentado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), o texto cria uma taxa de 10% e uma alíquota de 7% sobre os serviços notariais no DF. A taxa de 10% será destinada a ações de reaparelhamento da Justiça,

reunidas sob o nome de Programa de Modernização e Aperfeiçoamento da Justiça do Distrito Federal (Projus). A alíquota de 7% destina-se a criar a Conta de Compensação do Registro Civil das Pessoas Naturais, uma espécie de fundo em que os cartórios de maior demanda subsidiariam os de menor movimento. Um registro de casamento, por exemplo, passaria a custar R\$ 281,08, quando hoje é cobrado, R\$ 164,75. Já uma escritura pública passaria de R\$ 1.248,30, no seu valor máximo, para R\$ 2.208,42.

Também está na pauta o PLS 631/2011, de Lídice da Mata (PSB-BA), que altera o processo de escolha dos membros e no funcionamento dos conselhos tutelares. O texto a ser analisado é o

substitutivo da relatora, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Segundo ela, muitas das novidades trazidas pelo projeto já foram incorporadas ao estatuto pela Lei 12.696, de 2012, que trata dos conselhos tutelares. Todavia, ainda há lacunas, “o que estimula discrepâncias no funcionamento desses organismos”, observou em seu relatório.

A pauta da CCJ tem outras 23 propostas, entre elas a definição de regras mais precisas para considerar uma conduta ato de terrorismo (PLS 272/2016), o aumento de penas para adultos que usam crianças ou adolescentes na prática de crimes (PLS 358/2015) e a instituição da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas (PLC 144/2017).

Para Gleisi, Sérgio Moro agiu como “militante político”

A controvérsia jurídica sobre a soltura do ex-presidente Lula demonstra que o país vive uma “instabilidade institucional nunca vista” e que os Poderes da República perderam sua autoridade, disse Gleisi Hoffmann (PT-PR). Para ela, o juiz Sérgio Moro agiu como “militante político” ao mandar a Polícia Federal descumprir a ordem para que Lula fosse solto. A senadora insinuou que houve um conluio entre a polícia e os magistrados.

— Moro não tinha autoridade de mandar parar o cumprimento de uma decisão judicial de segunda instância. Quem ele pensa que é?

A senadora disse que Lula representa a “esperança do povo brasileiro” contra os “grandes da sociedade” e acrescentou que o ex-presidente teria sido condenado sem provas para não poder disputar as eleições.



Jefferson Rudy/Agência Senado

José Medeiros pede suspensão do juiz Rogerio Favreto

José Medeiros (Pode-MT) pediu ao Conselho Nacional de Justiça a suspensão do desembargador Rogerio Favreto, responsável pela expedição da ordem de soltura do ex-presidente Lula, logo depois revogada. Para ele, Favreto desmoralizou a Justiça, servindo de forma criminosa ao PT.

— Não houve lambança do Judiciário. Houve o caso de um desembargador que deveria ter saído de camburão daquele plantão. Aquilo lá não é diferente de uma venda de sentença — afirmou.

Medeiros disse que a tentativa de libertar Lula foi destinada a criar um fato político, somando-se às mentiras que, segundo ele, o PT e seus aliados repetem incessantemente. Ele também se manifestou contra o chamado quinto constitucional, pelo qual 20% das cadeiras de determinados tribunais são destinadas a advogados e membros do Ministério Público.

Paulo Rocha critica parcialidade de parte do Judiciário

Paulo Rocha (PT-PA) avalia que o país vive uma “ditadura do Judiciário”. Segundo ele, uma parte dos juízes teria se associado a uma combinação de parlamentares com grandes meios de comunicação para rasgar a Constituição e tirar o direito do povo de escolher representantes. O senador criticou a elite por ter conquistado o poder por meio de golpes e denunciou os “malabarismos” jurídicos que sustentaram o impeachment de Dilma Rousseff e a prisão de Lula.

Para ele, a decisão do desembargador Rogerio Favreto de soltar o ex-presidente, provocando reação imediata do juiz Sérgio Moro, desnudou o posicionamento de setores do Judiciário a serviço do que chamou de “golpe”:

— Moro se desmoralizou à medida que começou a direcionar a investigação.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Paulo Bauer destaca trabalho do relator da LDO

O líder do PSDB, Paulo Bauer (SC), lembrou que o Congresso Nacional deve votar hoje o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2019.

Ele destacou o trabalho do relator, Dalirio Beber (PSDB-SC), que apresentou substitutivo ao projeto que traz, segundo Bauer, o registro dos graves problemas do país.

Ele disse esperar que deputados e senadores aprove as emendas sugeridas pelo relator, que buscam ordenar as finanças do país e, como consequência, melhorar a credibilidade e promover o crescimento econômico.

Entre as emendas, Bauer citou a proibição de o governo editar medida provisória ou o Congresso Nacional votar projeto que reajuste os salários dos servidores públicos, mesmo que seus efeitos comecem a valer a partir de 2020.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Privatização de energia ameaça país, afirma Ângela

Ângela Portela (PDT-RR) classificou a proposta de privatização da Eletrobras como danosa ao Brasil. Para ela, a venda das distribuidoras estatais prejudicará decisões estratégicas para a segurança energética do país.

A senadora chamou a atenção para as condições “críticas” de Roraima, que depende da energia da Venezuela e de termelétricas. Segundo Ângela, em caso de privatização, os investidores particulares não se interessarão em concluir o Linhão de Tucuruí, que interligará o estado ao Sistema Elétrico Nacional.

— Há necessidade da construção desse Linhão para que tenhamos segurança energética. Se não conseguirmos desenvolver essa obra quando o governo conduz a Eletrobras, não será com a empresa nas mãos de capitalistas estrangeiros que conseguiremos.



Jefferson Rudy/Agência Senado



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Relator, José Medeiros propôs emenda que obriga cadastramento biométrico também para menores de 16 anos

Estádios podem ter catraca com controle biométrico

Estatuto do Torcedor prevê apenas o cadastramento das torcidas organizadas, mas sem identificação biométrica na entrada dos estádios. Catracas com biometria já funcionam no estado do Rio de Janeiro

ESTÁDIOS COM CAPACIDADE para mais de 10 mil pessoas poderão ser obrigados a instalar catracas com controle biométrico na entrada dos torcedores. É o que estabelece o Projeto de Lei do Senado (PLS) 272/2017, aprovado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Agora o texto será analisado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O projeto altera o Estatuto de Defesa do Torcedor para acrescentar ainda a necessidade de os torcedores estarem cadastrados no sistema para terem acesso aos jogos. Atualmente a lei prevê o monitoramento dos jogos apenas por câmeras.

O autor, senador licenciado Telmário Mota (PTB-RR), se baseou na experiência

bem-sucedida de instalação de câmeras em estádios da Inglaterra e de catracas com biometria no Rio de Janeiro. O relator, José Medeiros (Pode-MT), apresentou emenda que obriga o cadastramento biométrico também dos membros de torcida organizada abaixo dos 16 anos de idade. Hoje o registro é previsto no Estatuto do Torcedor, mas sem a necessidade da biometria.

Todas as providências necessárias para o cumprimento do projeto serão estabelecidas em regulamento.

Estudo domiciliar

Alunos do ensino básico poderão ter atendimento educacional quando internados para tratamento de saúde, em regime hospitalar ou domiciliar,

por tempo prolongado. É o que prevê outro projeto aprovado ontem na CE. O PLC 24/2018 será avaliado pelo Plenário.

Conforme o relator, Romário (Pode-RJ), o atendimento está contemplado em resolução do Conselho Nacional de Educação. Segundo ele, os sistemas de ensino, em ação integrada com os sistemas de saúde, têm o dever de organizar esse atendimento especializado em razão de tratamento de saúde.

Segundo Romário, o projeto acerta ao remeter o tema aos regulamentos próprios dos sistemas de ensino. Por emenda, ele sugeriu a substituição da expressão “ensino básico” por “educação básica”, que é a denominação adotada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Vai a Plenário projeto que dá nome a elevado em SC

A Comissão de Educação (CE) aprovou o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 68/2017, que denomina Elevado Carlos Joffre do Amaral a passagem da BR-282, com acesso pela Avenida Luiz de Camões, no município de Lages, em Santa Catarina.

A medida, de autoria do deputado Jorginho Mello (PR-SC), homenageia “seu Joffre”, como ficou conhecido

o criador de um serviço de alto-falantes instalado em um poste no centro do município de Lages, chamado de “A Voz da Cidade”. Esse sistema deu origem à primeira rádio da região, a Rádio Clube de Lages, em 1947.

O relator na CE, senador Dário Berger (MDB-SC), foi favorável à proposta, que seguiu para votação no Plenário do Senado.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Relator, Dário Berger deu parecer favorável à proposta da Câmara

Comissão debaterá financiamento do esporte

A Comissão de Educação (CE) vai discutir os impactos da Medida Provisória 841/2018 no financiamento do esporte, em audiência pública a ser agendada. O requerimento, dos senadores Romário (Pode-RJ) e José Medeiros (Pode-MT), foi aprovado ontem. A intenção é debater o destino do dinheiro arrecadado com as loterias federais, uma das medidas previstas na MP. O texto direciona

à segurança pública recursos oriundos das loterias.

Entre os convidados, estão o ministro do Esporte, Leandro Fróes Silva, o presidente do Comitê Olímpico do Brasil, Paulo Wanderley, o presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro, Mizael Conrado, e o presidente da Rede Esporte pela Mudança Social, Lars Graef.

“O ensino a distância na área da saúde” será tema de outra

audiência da CE, a pedido de Cristovam Buarque (PPS-DF). Entre os convidados, o presidente do Conselho Federal de Medicina, Carlos Vital.

A CE aprovou também requerimento extrapauta, de Fátima Bezerra (PT-RN), para audiência sobre a importância do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). A data será marcada.

Congresso vota hoje diretrizes orçamentárias para 2019

O Congresso agendou sessão para hoje, às 18h, para votar o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2019. Antes, entretanto, a proposta precisa passar pelo crivo da Comissão Mista de Orçamento (CMO), que tem reuniões marcadas para as 11h30, 14h, 16h e 18h. Ou seja, a votação no Congresso pode atrasar se a votação na CMO demorar para ser concluída.

O relator do projeto da LDO (PLN 2/2018), senador Dalirio Beber (PSDB-SC), disse que seu parecer foi elaborado com base nas 1,9 mil emendas apresentadas e em negociações com o governo.

O texto, disse Dalirio, prioriza os dois pontos que a curto prazo mais pressionam as contas públicas: excesso de incentivos fiscais, que devem somar cerca de R\$ 300 bilhões neste ano, e aumento das despesas obrigatórias, que dobraram de valor desde 2010.

Corte de despesas

Para combater o desequilíbrio fiscal, o texto propõe medidas como corte de despesas administrativas, veto a qualquer reajuste ao funcionalismo público e proibição de concessão de novos incentivos às custas do Orçamento. Dalirio disse que o parecer visa entregar ao futuro presidente da República, que tomará posse em janeiro, um cenário fiscal menos desfavorável.

Além de medidas na área econômica, o senador propôs mudanças no orçamento das áreas sociais. Educação e saúde seriam as mais beneficiadas.

O relator também incluiu dispositivos voltados à transparência das contas públicas. O relatório exige, por exemplo, que os conselhos de fiscalização de profissões divulguem trimestralmente na internet seus orçamentos, resultados de auditorias independentes e salários dos dirigentes. Esses conselhos atuam sob a forma de autarquias federais, e as anuidades que recebem dos associados são consideradas receitas públicas.

O relatório manteve dispositivo proposto pelo governo que autoriza o pagamento de despesas correntes com recursos da emissão de títulos públicos além do limite permitido pela Constituição. O governo deverá enviar ao Congresso um projeto de crédito solicitando a autorização para a emissão dos títulos.

Pela Constituição, a emis-

são de dívida deve estar limitada ao tamanho das despesas de capital, como investimentos. Essa trava é chamada regra de ouro das finanças públicas. Para 2019, o governo alega que não conseguirá cumprir a norma, necessitando da chancela do Congresso Nacional para emitir mais títulos.

O relator ainda incluiu no texto dispositivos para tornar mais transparente a operação. Assim, o governo terá que indicar claramente as despesas que serão financiadas pela emissão de novas dívidas. Os gastos ficarão discriminados em rubrica específica, facilitando o acompanhamento.

Como compensação, o governo terá que enviar ao Congresso um plano de revisão de gastos e receitas que inclua, ao longo de dez anos, a redução pela metade dos incentivos fiscais hoje existentes. A meta é diminuir esses benefícios para 2% do PIB.

Depois de aprovada pelo Congresso, a LDO 2019 seguirá para sanção presidencial.

A LDO é uma das três grandes normas do processo orçamentário brasileiro, o instrumento por meio do qual o governo estabelece as metas, diretrizes e prioridades da administração pública federal, como as obras e os serviços mais importantes a serem realizados, incluindo as despesas para o exercício financeiro subsequente. É também a LDO que registra as projeções macroeconômicas do governo para o ano seguinte, como as metas inflacionária e de resultado primário e a expectativa de crescimento do PIB.

É a partir da LDO que o Executivo elabora a Lei Orçamentária Anual (LOA), que prevê as origens e finalidades dos recursos públicos.

Créditos adicionais

A pauta de hoje do Congresso inclui outros três projetos: o PLN 13/2018, que abre crédito suplementar de R\$ 991,8 milhões para o Sistema Único de Saúde (SUS) e programas de saneamento básico, esporte, irrigação e desenvolvimento sustentável; o PLN 9/2018, que propõe crédito especial de R\$ 92,2 milhões em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e do Ministério Público da União (MPU); e o PLN 10/2018, que destina crédito suplementar de R\$ 15,4 milhões ao MPU e às Justiças Federal e do Trabalho.

Carta garantiu direitos no campo e nas cidades

A política urbana e a reforma agrária foram tratadas em uma Constituição no Brasil pela primeira vez em 1988. A Carta impulsionou um arcabouço legal que ainda não conseguiu evitar a segregação da pobreza nas cidades. No campo, o modelo que opôs trabalhadores sem-terra e latifundiários chegou ao esgotamento

Retrato da ocupação urbana desordenada, a Rocinha é uma cidade média, com mais de 100 mil habitantes, incrustada no morro carioca



CEDI/CÂMARA DOS DEPUTADOS

Reforma agrária hoje busca novo modelo

Trabalhadores rurais protestaram na Constituinte pedindo a reforma agrária. Hoje o modelo de desapropriação é considerado esgotado e o desafio é achar novos caminhos para ocupar a terra adequadamente



CEDI/CÂMARA DOS DEPUTADOS

Constituinte aprova política urbana

A política urbana foi incorporada ao texto constitucional de 1988. Foi garantida a função social da propriedade e exigido plano diretor de municípios com mais de 20 mil habitantes



MARK PEGRUM

Apesar de avanços desde 1988, cidades ainda segregam pobres

Leis que surgiram depois da Constituição não impediram equívocos, como financiar construções de baixa renda fora da malha urbana

Cintia Sasse

EM 1988, pela primeira vez na história das Constituições brasileiras, a política urbana foi incorporada a um texto constitucional. Os parlamentares constituintes garantiram a função social da propriedade, exigiram plano diretor para os municípios com mais de 20 mil habitantes, estipularam imposto progressivo para desestimular terrenos ociosos ou subutilizados e instituíram usucapião de cinco anos para área de até 250 metros quadrados.

A Constituição de 1988, no entanto, não assegurou o direito à moradia. Ele só foi incluído no rol dos direitos sociais em 2000, pela Emenda Constitucional 26. E, conforme o sociólogo Adail Carvalho, foi considerado um contraponto importante ao direito de propriedade.

Com apenas dois artigos, as diretrizes constitucionais abriram espaço para a construção de leis importantes, como o Estatuto da Cidade (Lei 10.257, de 2001), considera-

do o marco legal da questão urbana no país. Mais tarde, em 2009, a Lei 11.977 criou o Programa Minha Casa, Minha Vida, executado pela Caixa — ela foi substituída pela Lei 13.465, de 2017.

Retrato

Passados 30 anos, esse arcabouço legal não evitou que as cidades continuassem segregando as populações carentes. A ocupação desordenada dos espaços urbanos persiste. Faltam moradias e infraestrutura, como saneamento e transporte. Em muitas localidades, ainda não há fornecimento de água e coleta de lixo.

As periferias não pararam de inchar, especialmente nas grandes cidades, que acolhem o maior número de migrantes, tanto brasileiros que abandonam o campo quanto refugiados que fogem de guerras e pobreza, como sírios, venezuelanos e haitianos. Muitas edificações estão em áreas de risco, com danos à população e ao ambiente. E o poder público ainda fornece crédito

para construções distantes da malha urbana, motivo de uma das principais críticas ao Minha Casa, Minha Vida.

A pesquisa mais recente da Fundação João Pinheiro, de Minas Gerais, sobre o déficit habitacional no país, realizada com dados de 2015 do IBGE, confirma esse quadro desastroso. A falta de moradias nas áreas urbanas chega a 5,6 milhões, especialmente na Região Sudeste, a mais populosa, com carência de 2,5 milhões de domicílios.

A pesquisa mostra que não adianta apenas oferecer novas unidades. Quase 7 milhões de domicílios urbanos não possuem esgotamento sanitário, 4 milhões não têm fornecimento de água tratada, 603 mil não contam com coleta de lixo e 23 mil estão sem energia elétrica.

Mesmo na região brasileira com maior abundância de água doce do planeta, a Norte, mais de 1 milhão de domicílios não têm abastecimento de água. Esse dado é próximo do que acontece na região mais seca do país, a Nordeste, que lidera o ranking dos domicílios sem água tratada, também com mais de 1 milhão de unidades. Além disso, o Nordeste é onde mais falta saneamento, com quase 3 milhões de domicílios.

Equívocos nas políticas habitacionais são apontados como os principais responsá-



Apartamento no centro de São Paulo: edifícios antigos e degradados da capital paulista têm passado pelo chamado retrofit para receber famílias de baixa renda

veis por compor esse levantamento da fundação mineira. Mesmo antes da Constituição de 1988, durante os governos militares, o Banco Nacional de Habitação (BNH), absorvido mais tarde pela Caixa, financiou a construção de conjuntos habitacionais em terras baratas e de localização ruim.

Um exemplo disso foi a Cidade Tiradentes, na capital paulista. Além da monotonia de construções iguais, a falta de um desenho urbano apropriado impediu a variedade de uso, como comércio e equipamentos públicos na quantidade necessária, avalia Evaniza Rodrigues, integrante da União Nacional por Moradia Popular (UNMP), um dos movimentos com mais tempo de luta pelos sem-teto.

Relatos de antigos moradores lembram as dificuldades de transporte. Algumas crianças e jovens precisavam caminhar 40 minutos para chegar a um ponto de ônibus, conta Evaniza. Muitos deles abandonaram as salas de aulas. Outros mora-

dores perderam oportunidades de emprego. O resultado, diz ela, foi o aumento da marginalidade e da criminalidade.

No Rio de Janeiro, a comunidade da Cidade de Deus passou por processo semelhante. Segundo Evaniza, o objetivo era remover pessoas de áreas centrais da capital e de favelas. A consequência dessa política, acrescenta, foi a segregação dessa população mais pobre e seu confinamento em áreas distantes e com poucas oportunidades, criando guetos.

Minha Casa, Minha Vida

Apesar das iniciativas desastrosas dos grandes conjuntos habitacionais das décadas de 70 e 80, o governo não aprendeu a lição. De acordo com Evaniza, o Minha Casa, Minha Vida repetiu o erro em várias de suas intervenções, com a diferença que a escolha da terra não ficou com o setor público, mas com os construtores, que priorizaram terrenos baratos, nas periferias.

— Se uma pessoa sem recurso vai morar em lugar precário, ela foi para onde pode ir. Mas o absurdo é o Estado financiar soluções com os mesmos problemas — critica Evaniza.

O consultor do Senado Victor Carvalho Pinto, especialista em desenvolvimento urbano, reforça a avaliação. Para ele, o Executivo não se preocupou com a adequada inserção urbana ou articulação metropolitana das obras que financiou, contribuindo, assim, para o espraiamento urbano.

Ele avalia que o Minha Casa, Minha Vida finan-

ciou com recursos vultosos a construção de loteamentos, conjuntos habitacionais e até mesmo condomínios fechados distantes da área urbana e carentes de infraestrutura e serviços públicos essenciais.

Retrofit

Os movimentos por moradia popular defendem, entre suas propostas, que as políticas públicas estimulem pequenos conjuntos habitacionais construídos no meio das cidades. Evaniza explica que eles devem estar inseridos em locais que dispensem a expansão da malha urbana e que há boas experiências em áreas centrais do Rio e de São Paulo.

Outra experiência que está na pauta dos movimentos é a reforma e a readequação de imóveis antigos, conhecida no jargão da arquitetura como retrofit. Eles usam a ocupação, especialmente de prédios vazios em áreas centrais das grandes cidades, como forma de pressionar prefeituras e governos estaduais e federal a adotar o retrofit.

O assunto ganhou destaque quando o Edifício Wilton Paes de Almeida, no centro de São Paulo, ruiu em 1º de maio após um incêndio, provocando a morte de oito pessoas, entre elas duas crianças. Em contraposição a essa tragédia do prédio da União, construído em 1961, há experiências que deram certo.

Localizado também no centro de São Paulo, o Edifício Dandara é uma delas. Na década de 1970, abrigou a Justiça do Trabalho. Depois de ficar vazio por dez anos, foi ocupado em 2008 por

integrantes da Unificação das Lutas de Cortiços e Moradias, filiado à UNMP. Com a maior parte dos recursos obtida do Minha Casa, Minha Vida-Entidades, as obras de reforma começaram em 2013 e os ocupantes participaram desde a escolha do material até a administração e a fiscalização da obra. Esse retrofit garantiu 120 unidades habitacionais para pessoas sem moradia.

Desapropriação

De modo geral, a avaliação dos especialistas é que a Constituição de 1988 produziu efeitos positivos para o desenvolvimento urbano do país. No entanto, há imbróglios que a legislação infraconstitucional não conseguiu resolver. Um deles é o processo de desapropriação, que tem gerado precatórios de elevado valor para os cofres públicos.

— Hoje 100% das desapropriações são feitas na Justiça, o que praticamente inviabiliza o seu emprego como instru-



Cidade Tiradentes, São Paulo: erros de conjuntos habitacionais do passado



Wilder Moraes é autor de projeto que facilita acordos de desapropriação

mento de política urbana — diz Carvalho Pinto.

O processo começa quando o poder público faz uma subavaliação do valor da área, deposita a quantia e o juiz determina a imissão provisória na posse. Segundo o consultor, o proprietário pode conseguir autorização judicial para levantar até 80% desse valor em espécie e discutir na Justiça o real valor do imóvel no mercado.

Geralmente demora muito até se chegar ao valor definitivo da desapropriação. Com isso, gera-se um “esqueleto” a ser pago pelas gerações futuras, pois o poder público é penalizado com a incidência de juros compensatórios (decorrentes do não pagamento à vista da indenização) e moratórios (decorrentes do atraso no pagamento do precatório).

O consultor diz que as cifras podem ser astronômicas, o que leva os governos de todos os entes da Federação a pressionar o Congresso para escalar os pagamentos dos precatórios.

Além disso, explica ele, com a imissão provisória, o município assume o imóvel e dá a destinação que quer, mas a titularidade continua com o proprietário original. Portanto, acrescenta, não há como transferir o imóvel para o beneficiário final, o que leva os governos a adotarem instrumentos precários de titulação na política habitacional e de regularização fundiária.

Para desfazer esse imbró-

glio e adotar mecanismos como a mediação e a arbitragem nas negociações entre proprietários e poder público, facilitando e agilizando os acordos de desapropriação para reparcelamento do solo, o Senado aprovou o PLS 504/2013, do senador Wilder Moraes (DEM-GO). O texto está agora na Câmara dos Deputados.

Carvalho Pinto explica que o projeto não altera a figura da imissão provisória de posse, mas cria condições para viabilizar acordo entre as partes no curto prazo, contribuindo para evitar a judicialização do processo e a formação de precatórios.

Plano diretor

Previsto no artigo 182 da Constituição, o plano diretor aprovado pelas Câmaras Municipais, obrigatório para as cidades com mais de 20 mil habitantes, deveria ser o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. Além disso, teria que ser capaz de ordenar as cidades, fazendo com que as propriedades cumpram sua função social.

No entanto, segundo especialistas, esse instrumento funcionou bem apenas para alguns segmentos do mercado, como o ramo imobiliário.

— Os planos diretores dos municípios estão longe de promover a justiça socioespacial das cidades. As camadas populares continuam sem moradia, enquanto os condomínios fechados para os mais abastados se proliferam e as privatizações dos espaços públicos continuam — afirma o professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Orlando Alves dos Santos Júnior, responsável pela mais recente avaliação sobre o instrumento, encomendada pelo Ministério das Cidades.

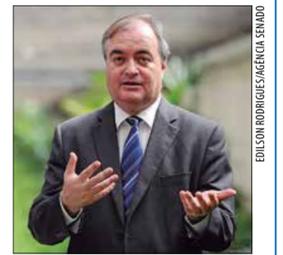
O especialista, que é pesquisador do Observatório

das Metrôpoles, diz que o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) progressivo de até 15% do valor do imóvel, previsto na Constituição para ser empregado nos planos diretores, como forma de desestimular terrenos vazios ou subutilizados, praticamente não é aplicado pelas prefeituras.

As operações urbanas consorciadas, modalidade de parceria público-privada prevista no Estatuto da Cidade, viabilizaram vários empreendimentos por meio de regulações especiais concedidas pelas prefeituras. Um exemplo foi o Porto Maravilha, no Rio, mas o professor da UFRJ diz que o empreendimento não abriga nenhum projeto de habitação de interesse social.

Para Carvalho Pinto, tanto as operações urbanas consorciadas quanto a outorga onerosa do direito de construir, também instituída pelo Estatuto da Cidade, representam um avanço, pois criaram uma separação entre o direito de propriedade e o direito de construir, o que permitiu a prefeituras cobrarem contrapartidas dos proprietários em caso de aumento do potencial construtivo.

O consultor considera necessário, no entanto, condicionar as operações consorciadas e desapropriações à elaboração de um plano de escala intermediária, complementar ao plano diretor, a ser regulamentado em um futuro sistema nacional de planejamento urbano.



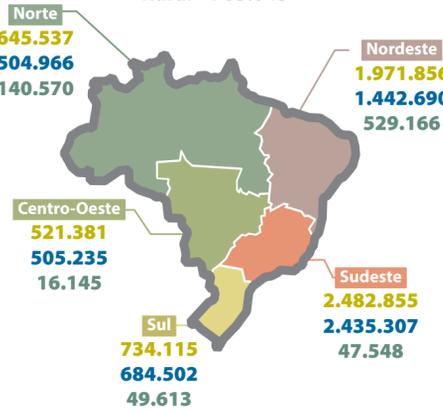
Consultor Carvalho Pinto: 100% das desapropriações são feitas na Justiça

Deficit habitacional

Último levantamento da Fundação João Pinheiro mostra a necessidade de moradias no país

Brasil

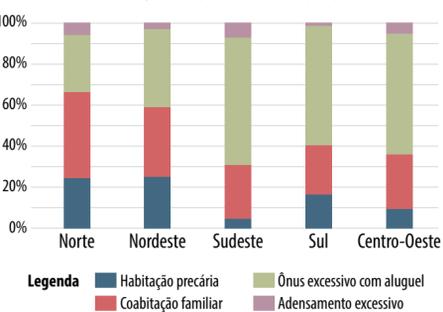
Total – 6.355.743
Urbano – 5.572.700
Rural – 783.043



Fonte: IBGE/PNAD 2015

O que entra no cálculo do déficit

Domicílios improvisados e famílias que coabitam em cômodos, como cortiços, compõem dados da pesquisa



Fonte: Fundação João Pinheiro com dados do PNAD/IBGE



No Rio de Janeiro, Cidade de Deus é outro exemplo de conjunto que não deu certo

Governo federal reconhece que modelo da reforma agrária se esgotou

Desapropriação em larga escala não funciona mais. Inbra busca alternativas para tirar assentados da tutela do Estado

APONTADO COMO um dos maiores embates na Constituinte, com mobilizações e até ameaças pessoais dentro do Congresso, como lembra o senador Edison Lobão (MDB-MA), o modelo que opôs trabalhadores sem terra e latifundiários chegou ao esgotamento. Lobão, que integrava o PFL, presidiu a Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária.

Tanto governo quanto especialistas e até mesmo representantes de movimentos sociais concordam que o país mudou. Agora o desafio é encontrar outros caminhos para ocupar a terra adequadamente que não seja a desapropriação em larga escala para promover novos assentamentos, avalia estudo da Consultoria Legislativa do Senado sobre a reforma agrária nos 30 anos da Constituição.

É preciso inserir os assentados no mercado produtivo e dar a eles infraestrutura, tecnologia, assistência técnica e condições de vida e renda para fixá-los no campo. Além disso, as restrições orçamentárias exigem maior eficiência e eficácia nos gastos públicos, e o custo para assentar e fixar as famílias é elevado para os cofres federais.

— Com a crise fiscal e o teto de gastos, a situação se complicou ainda mais — ressalta um dos autores do estudo, o consultor Fernando Lagares.

Os dados mais recen-



Trabalhadores rurais sem terra protestam na Constituinte contra latifundiários que não queriam reforma agrária

tes do Inbra mostram que foram assentadas 971 mil famílias em 9.389 projetos espalhados em mais de 88 milhões de hectares em todo o país.

O ouvidor agrário do Inbra, Jorge Tadeu Jatobá Correia, diz que o foco hoje é consolidar o que já existe. Ele confirma a exaustão do modelo e situa o declínio a partir de 2011, quando houve um decréscimo expressivo no número de famílias assentadas. A pior marca foi a de 2016, com apenas 988 famílias assentadas.

A avaliação, segundo ele, é que, apesar de haver o Programa Nacional de Reforma Agrária, faltou um planejamento mais amplo para inserir os assentados no processo produtivo, levando em conta as características regionais e a baixa capacidade de investimento das famílias.

Muitas delas não conseguem sair da tutela do Estado, segundo o consultor Eduardo Simão Vieira, que também participou do

estudo do Senado.

Outros fatores foram a pressão dos movimentos sem terra e o recrudescimento de conflitos no campo. Em resposta a massacres como o de Corumbiara (RO), em 1995, e o de Eldorado do Carajás (PA), em 1996, o governo de Fernando Henrique Cardoso expandiu os assentamentos. O ápice foi em 1997, quando 81,2 mil famílias foram assentadas.

No entanto, para o atendimento das pressões dos movimentos sociais no campo, muitas desapropriações ocorreram em áreas de localização ruim, algumas com deficiência de água e sem energia elétrica, distantes de estradas asfaltadas, escolas, postos de saúde e hospitais. Ou seja, sem condições mínimas para o bem-estar das famílias e o escoamento da produção.

Irregularidades

Uma fiscalização do Tribunal de Contas da União (TCU) realizada em 2015 e 2016 revelou vários pro-

blemas no cadastro do Inbra e outros indícios de irregularidades entre os beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária. O resultado da auditoria apontou que quase 480 mil beneficiários do programa se enquadravam em alguma irregularidade.

Identificou-se que 2,1 mil menores de 18 anos estavam cadastrados como beneficiários, 145 mil eram servidores públicos, mais de mil possuíam mandatos eletivos e 62 mil eram empresários. O TCU encontrou 38 mil casos de recebimento de lotes por pessoas mortas e identificou assentados fora do padrão de renda do programa, alguns inclusive donos de veículos de luxo.

Uma auditoria anterior, de 2014, realizada pela Controladoria-Geral da União (CGU), hoje Ministério da Transparência, já havia acusado falhas. Muitas famílias, cerca de 26%, não tinham conhecimento de que haviam assumido uma dívida quando contrataram o crédito de instalação do Inbra, uma linha de financiamento a juros subsidiados para ajudar os assentados. É pior: o relatório mostrou que o Inbra não cobrava essas dívidas, que chegaram a somar mais de R\$ 7 bilhões até 2013.

As auditorias eviden-



Edison Lobão durante sessão da Subcomissão da Reforma Agrária

reforma agrária com base em desapropriações e assentamentos precisava ser repensado.

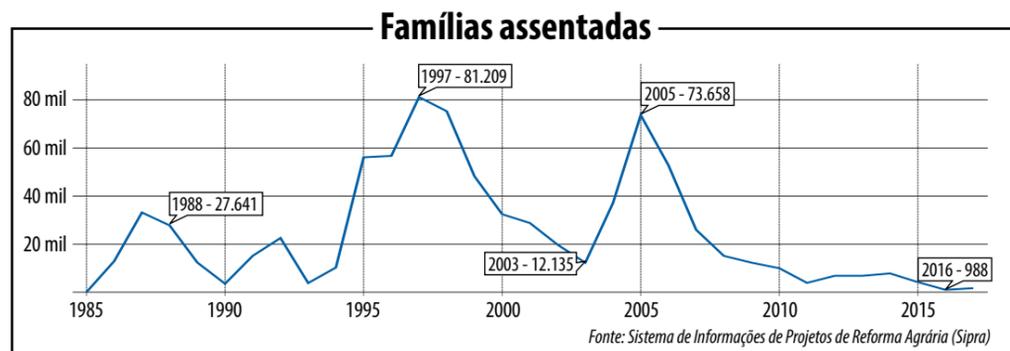
O Inbra passou a buscar alternativas. Recentemente, ampliou o crédito de fomento para as mulheres, de R\$ 3 mil para R\$ 5 mil, para que elas possam gerar renda em atividades como artesanato, processamento de polpa de fruta etc.

Segundo Correia, há experiências interessantes como a de um grupo de mulheres que se reuniu e fundou uma padaria em assentamento no Nordeste.

Assistência técnica

Outra intervenção do órgão, acrescenta ele, foi no maior apoio aos assentados na busca por mecanização, tecnologia adequada à pequena produção e assistência técnica. O ouvidor afirma que o objetivo é cada vez mais preparar a migração dos assentados para o programa de agricultura familiar, o Pronaf.

Correia informa ainda que o crédito fundiário, pelo qual as famílias assentadas identificam as áreas em que querem se instalar, está sendo reformulado. O governo também está estudando como operacionalizar o uso de imóveis rurais que foram incorporados ao patrimônio da União em ações de execução fiscal.



JORNAL DO SENADO

Via N2, Bloco 11 do Senado Federal
CEP 70.165-920, Brasília - DF
www.senado.leg.br/jornal • jornal@senado.leg.br
Twitter: @SenadoFederal
facebook.com/SenadoFederal
Telefone: 0800 61 2211

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral:
Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Editor-chefe do **Jornal do Senado**: Marcio Maturana

30 ANOS • CONSTITUIÇÃO DA CIDADANIA

Reportagem: Cintia Sasse
Coordenação: Nelson Oliveira
Diagramação: Claudio Portella | Pesquisa de fotos: Braz Felix
Revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck,
Maurício Müller e Ricardo Westin